



**DEPOIMENTO**

por **RENATO  
FERREIRA**

**Entrevista:**  
Elielma Ayres Machado  
Editora convidada  
**Fotografias:**  
Guilherme Schneider

## **Dos pré-vestibulares comunitários à implementação das leis de cotas: histórias de quem fez a História**

Na condição de editora convidada, sugeri uma segunda entrevista para esta edição da Advir, desta vez com nomes que pudessem apresentar e, principalmente, representar um quadro histórico da luta pró-cotas no país. Convidamos, então, Renato Ferreira, advogado do Educafro (Francisco de Assis Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes), organização fundada por Frei David, figura que, em minha opinião, é o mais destacado ativista pró-cotas da sociedade brasileira atualmente, que, embora também convidado, não pôde participar, por motivos médicos. Assim, em mais de três horas de conversa, que partilhamos com os leitores da revista a partir da página 120, nosso entrevistado nos brindou com o corajoso depoimento de um ativista cuja trajetória de vida é parte da história e memória recentes da implementação das políticas de ação afirmativa na sociedade brasileira. E tudo isso envolvido por uma narrativa fluida, eloquente, com elementos significativos sobre o tema do número 43 da Advir.

## **Movimento Negro, os pré-vestibulares comunitários e a Formação política**

Eu sou o Renato Ferreira. Ex-aluno do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC, um movimento que havia no Rio de Janeiro, na década de 1990, que começa na Baixada Fluminense, para levar estudantes para as universidades. Era um projeto que tinha algumas lideranças comunitárias dentre elas o Frei David Santos.

Naquela época, diziam que universidade era coisa pra “filho de papai”, quase não tinha estudante da Baixada nas faculdades ditas de elite, de ponta, de qualidade, ainda mais em cursos como Direito, Engenharia, Economia, etc. A PUC-Rio fornecia bolsas de estudo para os alunos desse projeto. Fui o primeiro negro que entrou na PUC por este projeto para estudar Direito. Geralmente as pessoas tentavam para o Serviço Social, para História, mas quase ninguém para o Direito que era muito elitista.

Um negro da Baixada, muito militante do movimento de Pré-Vestibular na época. Essa é minha trajetória, a de ter participado ali no iniciozinho dessa virada do Movimento Negro para a promoção da igualdade racial, que vai do início da década de 1990 até o início dos anos 2000, quando começa a adoção das primeiras ações afirmativas, com a Conferência Mundial das Nações Unidas de 2001, contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância, em Durban, África do Sul.

Estava neste processo, com milhares de jovens sonhando com o ingresso na universidade, com a mudança de vida. Achava que era só isso, mas, aí, quando a gente chegou lá, não era bem isso, não. Eram mais coisas.

O que o Movimento Negro, de modo muito generoso, na verdade, preparou para a gente, como diz o intelectual Carlos Alberto Medeiros, era um celeiro de militância, de empoderamento. Estavam nos dando formação crítica, principalmente em Relações Raciais, nas aulas, nos eventos, nos debates. E, quando vimos, já éramos ativistas e depois lideranças. Eu mesmo fundei alguns pré-vestibulares comunitários, coordenei outros, dei aula em vários e por isto me tornei professor. E, hoje, tem ex-alunos meus que são professores de várias áreas ... Eles me encontram nas ruas e no fórum e me emocionam. Me sinto orgulhoso de ter feito parte do PVNC!

Foi um movimento muito importante que ainda não virou política pública (gora estão aprovando uma lei na

Assembleia Legislativa do RJ com o objetivo de criar o pré-vestibular comunitário como política pública de reforço escolar).

E o pré-vestibular comunitário, sem dúvida nenhuma, marcou uma época muito importante e aquela ação desenvolvida pela PUC com o PVNC inspirou o MEC a criar o PROUNI, que promove fornece bolsas de estudo para estudantes pobres e negros nas universidades privadas.

Aqui no RJ, o processo que levou à construção das políticas de cotas, passa pelo PVNC, e demais instituições do Movimento Negro, principalmente a partir da década de 1990.

Li uma estatística da época que em média 5% dos alunos da Baixada chegavam à faculdade. E, nessa geração, a universidade não tinha programas de inclusão ou assistência estudantil. Isso era muito marcante. Então, nos pré-vestibulares comunitários, por menor que fosse o número de alunos aprovados, havia ali uma coisa importantíssima que serviria de modelo para uma política pública fundamental para o país, ali estava o embrião do movimento pela democratização do acesso às universidades, que viria a acontecer anos depois.

### **Formação universitária na PUC-Rio e criação do Educafro**

Fui para a PUC-Rio estudar Direito, e, desde logo, me tornei um ativista na área de Direitos Humanos, dando aula nos pré-vestibulares, participando deles. Além de professor, coordenador, era também conselheiro. As lideranças organizaram aquilo, fizeram uma estrutura de conselho, secretaria, e eu era um dos conselheiros. Eu tinha muita legitimidade no pré-vestibular, como cria e liderança. E, na PUC, era muito interessado em estudar, o que fortaleceu o meu ativismo. Era muito interessado nos livros, aquela biblioteca da PUC é maravilhosa, não saía de lá. Então, quando chego lá eu sinto aquele impacto da necessidade de leituras e de discussão crítica de temas que eu não sabia.

No primeiro, segundo período, isso foi muito forte. E as notas corresponderam a essa necessidade. Depois, não. Depois, quando comecei a me entender ali dentro, pronto. A leitura era diária, constante, à noite. Eu sempre fui estudante trabalhador, dormia pouco e estudava muito para nunca repetir uma matéria sequer.

Vale destacar todo um trabalho com a Pró-reitoria Comunitária da PUC em promover alimentação, textos, transporte, para muitos alunos do projeto.

Tinha, por exemplo, uma professora que era freira e que queria discutir Marx e a religião. Olha só, onde é

que eu vou estudar isso no Direito? A universidade te dá uma formação muito, muito importante. Essa formação me ajudou muito. E é engraçado, porque tem uma contradição. É uma universidade elitista, católica, extremamente eurocêntrica, abrindo essa possibilidade para que estudantes pobres e negros pudessem buscar... E é fantástico que a gente vai para lá e não reproduz só o que eles nos ensinavam. Buscávamos outros saberes que nos conectavam com uma episteme onde nos reconhecíamos enquanto sujeitos da história.

E é uma história, sem nenhuma dúvida, diferenciada, porque formou muitas pessoas e mostrou que era possível formar bem alunos oriundos dos pré-comunitários.

É um movimento que antecedeu às cotas. Por isso, eu falava com o Frei David: se a gente não tivesse passado pelo pré-vestibular comunitário, pela PUC, pela Uerj - tinha muitos alunos do pré-vestibular aqui na Uerj também - a gente não poderia ter participado do processo de criação das cotas. A gente não teria maturidade para discutir a implementação das cotas na educação superior com as estratégias políticas e conhecimento crítico que tínhamos sobre o tema.

O debate sobre inclusão na educação superior foi chegando aos poucos, e segue amadurecendo. A gente precisava se preparar para os desafios que viriam, nós tínhamos bastante acúmulo, mas as universidades, não.

Nossa primeira grande luta foi para que nossos alunos tivessem direito à isenção da taxa de inscrição do vestibular nas universidades públicas. Eu me lembro de chegar aqui, na Uerj em 1997, eu já coordenador de pré-vestibular comunitário, na fila com meus alunos para pegar a isenção. A nossa luta primeiro era para que os alunos conseguissem fazer o vestibular sem pagar. Eu comecei advogando antes de tirar a carteira da OAB, representando para o Ministério Público entrar com a ação contra a UniRio, UFF, por exemplo, para que elas dessem isenção para nossos alunos fazerem o vestibular.

A gente fazia a representação para o Ministério Público e também contávamos com o trabalho de alguns advogados voluntários. A gente tinha essa estratégia jurídica para garantir as isenções ao vestibular também, que era uma coisa diferente, peculiar do nosso movimento.

Dessa forma, a Educafro, que criamos no final dos anos 90 com o frei David, buscava ser mais contundente, organizada e focada nesta luta do que outras instituições do Movimento Negro, para que nossos alunos ingressassem nas universidades. Por isso, logo que me formei na PUC em 2000, a Educafro me contratou

como advogado e, dentre outras atividades, o objetivo era defender a política de cotas que estavam sendo discutidas.



## No início do processo de implementação da política de cotas na Uerj, há uma grande tensão. Não havia maturidade institucional para a questão

que 40% destas vagas fossem para negros. O Governo Garotinho à época, muito por conta do papel do intelectual e ativista, Coronel Jorge da Silva, que fazia parte do Governo, queria a aprovação das leis.

A Uerj de um modo geral era contrária às cotas e entedia que era uma intervenção do Governo do Estado na Universidade. A reitora Nilcéa Freire se coloca contra a implementação das cotas por várias questões, inclusive políticas. Ela queria discutir, refletir e se recusava a implementar.

Nós do Movimento social éramos das cotas e militávamos na Alerj e com o Governo pela aprovação das leis. As leis foram aprovadas e começou então uma discussão política e jurídica.

A universidade dizia que não estava obrigada a implementar uma lei do governo do estado, aprovada

### Processo de implementação da política de cotas na Uerj

No início do processo de implementação da política de cotas na Uerj, há uma grande tensão. Não havia maturidade institucional para a questão. Na Assembleia Legislativa tramitava um projeto de lei que reservava metade das vagas para alunos de escola pública. E depois uma outra proposta propunha

pela Alerj, sem ter sido discutida no seu conselho universitário. Alegavam que as leis de cotas violavam a autonomia da Uerj. Essa era a discussão jurídica. Usava-se o argumento da autonomia universitária, dizendo que quem entrasse na Justiça iria ganhar fácil, e o governador não ia conseguir fazer com que a Uerj cumprisse a lei, segundo essa visão inconstitucional.

Ficou uma tensão que não ia deixar as cotas serem implementadas pela universidade. Estávamos caminhando para um dissídio ali, e a Uerj era capaz de ganhar se judicializasse. Não havia maturidade jurídica, nem política, para as cotas naquele momento no Poder Judiciário. Quem me disse isso foi o jovem procurador Joaquim Barbosa em uma conversa que a gente teve com ele, que nem era ministro do Supremo ainda. Ele era professor aqui na Uerj e nos ajudou a pensar que o melhor para o momento era revogarmos as leis para que as ações judiciais fossem arquivadas.

Então nós do Movimento social investimos na composição política da Uerj para mudarmos a postura da reitoria. Convidamos a reitora Nilcéa para ir nas reuniões da Educafro, conhecer e debater com nossos alunos e ela foi à Baixada conhecer nossa luta de perto. Lembro dela com assessores numa reunião da Educafro em Nilópolis, nos fundos da Igreja Nossa Senhora Aparecida. Deveria ter uns dois mil alunos nossos dos pré-vestibulares. E tínhamos preparado os melhores para fazer perguntas para a reitora.

A reitora falou para o nosso público e depois teve de ouvir as perguntas daquela gente preta e pobre da Baixada que sonhava em estudar na Uerj. Nossa, aquelas meninas pretas ali, alunas e coordenadoras de núcleo... Foi uma sabatina na Nilcéa. Ela ficou impressionada. Ela não tinha noção daquela demanda. A primeira coisa que ela fez depois disso foi chamar a gente para uma reunião na Uerj. E aí a gente conversou. Ela começou a dizer que tinha mudado de lado, que passaria a defender o sistema de cotas. Assim, a reitoria da Uerj muda de posição e passa a defender a implementação das cotas.

O Governo, a Universidade e a ALERJ criaram grupos de trabalho para implementar as cotas e nós fomos convidados a participar de todos estes grupos. Lembro que eu tinha de ir para reuniões na Uerj, na Alerj e no Governo, como advogado desse processo, pelos movimentos sociais. Por vezes, tinha reunião às oito da manhã e algumas que terminavam tarde da noite. Foi um trabalho muito difícil. Muito difícil construir um acordo entre a Uerj, a ALERJ e o Governo do Estado para o aprimoramento e execução das cotas, mas conseguimos! As cotas foram aprovadas promovendo negros alunos de escola pública indígenas e pessoas com deficiência. Esse modelo misto foi o que

inspirou a lei de cotas nas demais universidades servindo de paradigma para as cotas das universidades federais.

É importante lembrar que, depois que aprovamos as cotas, a reitora, a convite do Frei David, começa a visitar universidades pelo Brasil e ajuda a convencer no processo de implementação de outras instituições. O Rio de Janeiro é uma caixa de ressonância nacional, logo depois que adotamos as cotas, algumas universidades começam a adotar este sistema e temos um efeito muito positivo. Acho que é a universidade estadual da Bahia que adota, depois a UNB, a do Paraná, aí algumas vão adotando. Vale dizer que recentemente o professor André Lázaro, que era assessor da reitoria na época, me pediu para eu escrever um artigo para um livro que ele organizou em homenagem à reitora e eu escrevi um artigo contando essa história. Ela ficou conhecida como a “reitora das cotas” e por isso foi chamada para ser ministra no Governo, sempre teve essa humildade de reconhecer que não era convencida da importância das cotas, que foi convencida no processo pelo movimento social.

## **A “guerra” midiática e jurídica contra as cotas na Uerj**

No primeiro sistema de cotas, a Uerj teve umas 400 ações contrárias. Havia mais de 200 liminares deferidas contra o sistema de cotas. A Globo chegou a colocar um caminhão para transmissão ao vivo aqui na frente da Uerj. Toda hora que saía uma liminar contra as cotas, a Globo dava ao vivo. Às vezes, entrevistava o próprio advogado.

Era um caos... Começou a chover artigo contrário nos jornais. E isso aconteceu no Brasil inteiro. Acho que eles se articularam na grande imprensa. A Globo se articulava, porque saía em um, saía em outro. Eram muitos artigos. Quase todo dia tinha...

Havia uma representação judicial contra as cotas no Tribunal de Justiça feita por um deputado estadual e o Tribunal suspende a lei da escola pública e manda aguardar em relação à lei dos negros. Houve também uma ação junto ao Supremo Tribunal Federal. A Confederação dos Estabelecimentos de Ensino Privado, a gente nem sabia que isso existia, um órgão poderosíssimo, entrou com a ação no STF.

Então articulamos com a Uerj o pedido para que o presidente do tribunal suspendesse a execução das liminares contra o sistema de cotas. O Rio de Janeiro é uma caixa de ressonância nacional. Se a cota caísse aqui, não seriam adotadas noutros estados possivelmente. Foi uma verdadeira guerra. Foi uma guerra midiática, jurídica e institucional contra o primeiro sis-

tema de cotas. Então fomos até o presidente do Tribunal, fomos todos do Movimento Negro, e pedimos a ele para suspender a execução das liminares contra as cotas. E ele tinha sensibilidade social. Não era a favor de cotas raciais, mas era simpático à questão da discussão social. Então eles suspenderam quase 200 liminares contra as cotas de uma vez só. E foi fundamental, porque quando as liminares contra as cotas caíram aqui, o Judiciário, que estava dando liminares pelo Brasil, começou a utilizar a decisão daqui para não dar lá também. Aí começou a reduzir. Aos poucos ninguém entrava na justiça mais contra as cotas. Da primeira para a segunda lei, é impressionante, as ações reduziram bastante.

O Joaquim Barbosa, na época professor da Uerj, nos disse: vocês deveriam revogar essa primeira lei, porque ela era uma lei um pouco distorcida. Lembram que eram três leis? Ele dizia que era para criar uma lei mais razoável, e também porque, quando a gente faz uma nova lei, todas as ações contra a anterior perdem o objeto e são extintas.

Já havia uma ação no Supremo Tribunal Federal para ser julgada e nós tínhamos alguns contatos no Supremo que nos disseram que, se essas ações fossem julgadas naquele momento, nós iríamos perder. Diziam: vocês vão ser vencidos, só tem dois ou três ministros que apoiam isso aí. E é melhor vocês não deixarem começar o julgamento. Então fomos em Brasília. Advogar pelas cotas no STF. Veio um pessoal do Movimento Negro me pegar no aeroporto para me levar à audiência com os ministros do Supremo, e conversamos com eles. Voltamos para o Rio de Janeiro, direto para a Uerj. A gente tinha que revogar aquelas primeiras leis.

Um grupo foi criado com representantes do Governo, da Alerj, da Uerj e nós estávamos pelo Movimento Social, para propor uma nova lei de cotas. Fizemos a proposta que veio a ser aprovada e implementada a partir de 2003.

## A luta pelas políticas de permanência para os cotistas

A nossa história com a Uerj estava só começando, porque, quando ajudamos a construir as cotas, a gente consegue colocar no texto da lei um artigo que garantia uma bolsa de assistência estudantil para os alunos cotistas. Essa bolsa de assistência estudantil não estava sendo paga, com os recursos do Governo. Aí, num belo dia, estávamos vindo para uma reunião com o secretário de Ciência e Tecnologia da época e encontramos



**A universidade dizia que não estava obrigada a implementar uma lei do governo do estado, aprovada pela Alerj, sem ter sido discutida no conselho universitário. Alegavam que as leis de cotas violavam a autonomia da Uerj.**

tramos quatro alunos cotistas da Uerj com um jaleco da Faetec. Eram meninos negros que estavam com aquele uniforme pra poder usar o transporte gratuitamente. Ficamos revoltados, muito revoltados, e falamos pra eles: a gente está indo para uma reunião com o secretário de Ciência e Tecnologia, vocês topam ir com a gente? Eles aceitaram, chegamos lá, o secretário de Ciência e Tecnologia não entendeu nada. O homem ficou assim: o que é isso? E nós dissemos: a pauta é essa. Os cotistas não têm assistência estudantil. Vamos para a imprensa, vamos para a Globo agora. Ah, o homem disse: não, não, pelo amor de Deus! Nós vamos liberar agora 300 bolsas. Chamou lá o pessoal e disse: vamos

liberar 300 bolsas, vamos liberar 300 bolsas imediatamente, vamos conversar com a reitora, vamos resolver isso. Saímos do gabinete do secretário direto para a Uerj.

A Uerj não tinha a logística pra fazer com que todos os alunos recebessem as bolsas, aqui na Uerj a bolsa tinha que ser de iniciação científica. Tinha que ter um professor responsável. Como é que conseguiriam tantos professores para se responsabilizar por mais de mil bolsas? Então deu um problema de logística no início desse processo de assistência estudantil. No final todo o cotista da Uerj tem o direito à bolsa, fomos pioneiros nisto também. Nessa época, lá pelo Educafro, a gente trabalhou muito essa mediação.

## Política de cotas, universidade e ensino médio

Quando começou a implementação da política de cotas, nós estávamos aqui e vimos a chegada dos primeiros alunos cotistas. Para esse público, a entrada na universidade gera um impacto muito grande. Isso vai aparecer em quase todos os textos, em todos os documentários. Vai aparecer esse choque com essa realidade, porque a universidade está muito apartada da educação básica. Nós até podemos não estar tanto, por conta da nossa história, mas, geralmente, as universidades estão muito apartadas dos colégios, das escolas. As cotas ajudaram a mostrar essa questão de uma maneira muito flagrante.

Há uma necessidade de aproximar mais os alunos de ensino fundamental das universidades, a universidade precisava estar próxima dos alunos do ensino médio. E penso que os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas deveriam nos ajudar mais nisto. O Ministério da Educação, por exemplo, deveria financiar os NEABs nesse sentido. Porque, se você for reparar, há muita defasagem, fala-se muito de cotas, mas há muita defasagem no número de alunos que tentam o vestibular. Não é um número tão elevado quanto a gente imaginava que seria.

Se esse diálogo entre universidades e escolas fosse mais efetivo, iríamos reduzir o problema de repetência, de evasão no ensino médio, por certo.

Isso é falado pelo Movimento Negro nas instâncias de poder, sempre reivindicamos uma política mais efetiva para o ensino médio porque sabemos que há uma necessidade do desenvolvimento de políticas para a juventude que é muito excluída.

A gente precisa trabalhar um reforço importante para o ensino médio, para que esses alunos vão para a universidade ou para o ensino tecnológico já com esse discernimento de formação humana e cidadania. Porque senão acabam desistindo, antes de chegar à universidade, como muitos infelizmente ainda tem feito.

## Multiplicação da experiência fluminense em todo o Brasil

Quando o entendimento jurídico sobre as cotas se estabilizou no Rio de Janeiro, a gente foi para Brasília. Em Brasília para aprovar a Lei de Cotas nas federais e nas escolas técnicas federais. Cheguei a levar nove estudantes cotistas para o Supremo Tribunal Federal.

Eu queria achar uma foto que fizemos com a ministra Helen Grace, que era a presidente. Ela pediu para eu fazer uma foto com as meninas, todas negras,

daqui da Uerj. Essa foto é antológica. Foi logo no início do processo de cotas. Primeira turma de cotistas.

Eu trabalhei no Laboratório de Políticas Públicas da Uerj por seis anos, como assistente de pesquisa, depois como pesquisador, e pude produzir a pesquisa sobre o Mapa das Ações Afirmativas nas Universidades, então fui convidado para participar do Ministério da Igualdade Racial no Governo Federal.

Em Brasília, como assessor parlamentar e jurídico, para podemos ajudar na questão do Estatuto da Igualdade Racial e nas leis de cotas federais. Trabalhamos muito para que o STF em 2012 por unanimidade declarasse o sistema de cotas como constitucional.

A partir dessa história, um dos argumentos que discuto na minha tese é o de que, se não fosse a atuação dos movimentos sociais, as políticas de cotas não teriam se consolidado. Não teriam mesmo. O movimento social negro atuou fortemente no processo de construção das cotas.

Foi fundamental essa estratégia de ter uma instituição, pelo menos uma instituição, preparada, como a Educafro só para isso, que se dedicava a essa luta.

---

**RENATO FERREIRA** é advogado formado na PUC-RJ. Pós-graduado em Direito pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas na Fundação Getúlio Vargas – FGV/EBAPE. Mestre em Políticas Públicas e Formação Humana na Uerj. Foi consultor da ONU para Direitos das Minorias e cursou o International Visitor Leadership Program – IVLP (Estados Unidos). Foi Assessor da Secretaria de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial – Seppir (Ministério da Educação) e pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj. Doutor em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF). É professor universitário e membro do Grupo Estratégico de Análise da Educação Superior (GEA-ES), criado pela FLACSO e Fundação Ford. Um dos Fundadores e Conselheiro da Educafro. Conferencista e pesquisador na área de Direitos Humanos e Relações Raciais